

Realizadores

em movimento **PACTO DAS JUVENTUDES**
PELOS ODS

Apoiadores Potência

SICOOB Instituto **arapyau** **Itaú** Educação e Trabalho

Apoiador Juventudes

LEGADO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Apoiadores Transformação

fundação arymax **Fundação Roberto Marinho** **Cultura**

Apoiadores Diversidade

eureca GLOBAL OPPORTUNITY YOUTH NETWORKS SÃO PAULO & AFRICA E ZARAH

Parceiros Técnicos

FGV SOCIAL CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS **TALK** **INSTITUTO VEREDAS**

Parceiros

fundação arymax **HUB São Paulo** **arapyau** **ELOS** **HISTORORAMA** **UNIDOS** **Brasil Junior** **CHOICE** **CONAIE** **ENGAGEMENT** **BRITISH COUNCIL** **GLOBO**

PARQUE SOCIAL **MUSEUM** **TETO** **SE SEN TUDO** **ESCOLAS** **FGV SOCIAL** **IUPDATE** **OGIFE** **CONJUVE** **FEAC**

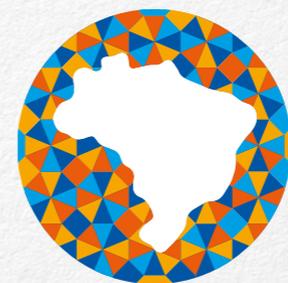
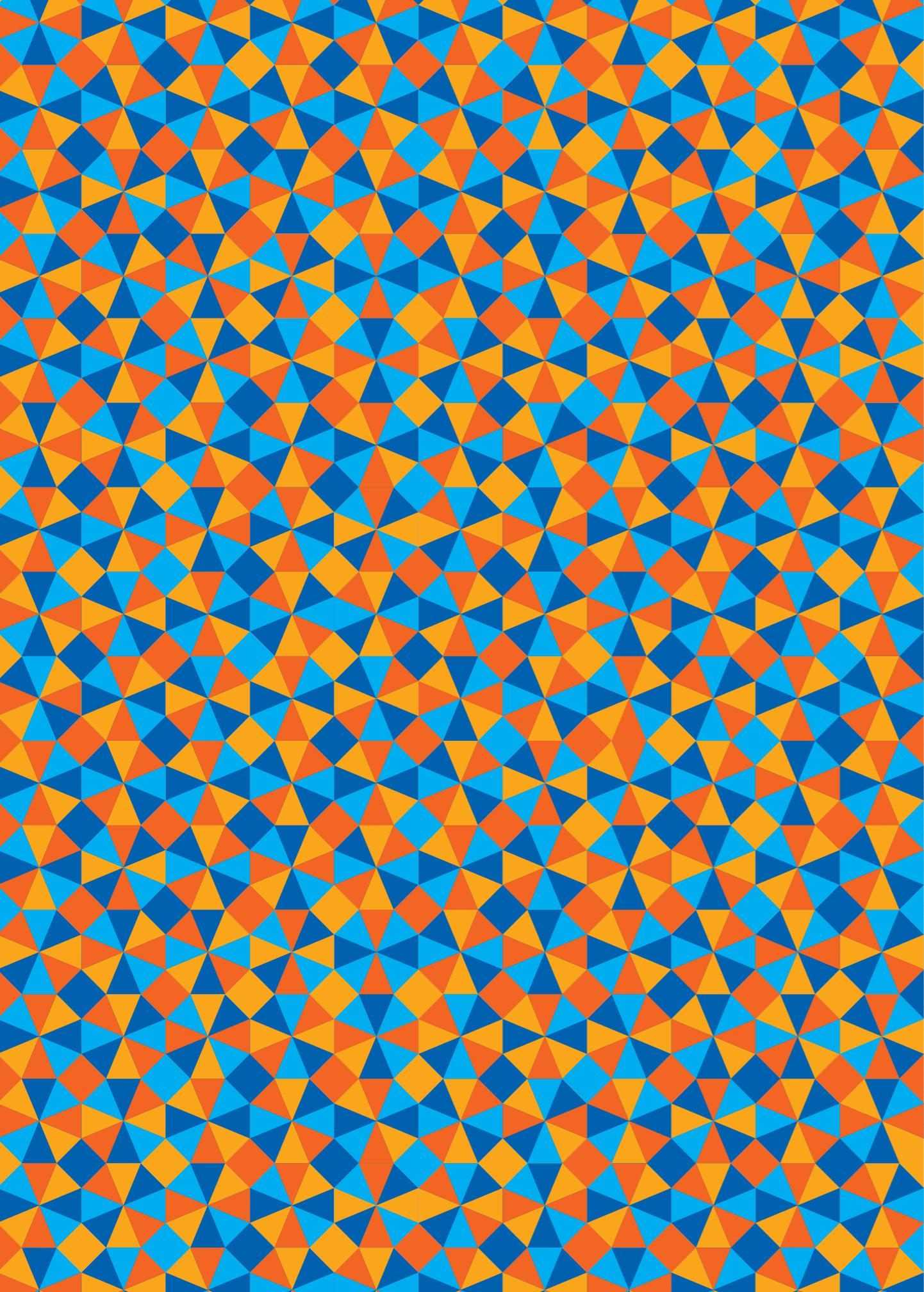


Sumário **Executivo**



Atlas das Juventudes

EVIDÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS JUVENTUDES



Atlas das **Juventudes**

www.atlasdasjuventudes.com.br

A maior geração de jovens da história

O Brasil é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (1/4 da população). Nunca houve tantos jovens. É possível que nunca mais se tenha uma janela de oportunidades como essa, com tamanho potencial para o progresso econômico e desenvolvimento social.

São milhões de jovens, que, em diferentes realidades, experimentam uma fase determinante de transição de ciclo de vida, na busca pela construção da sua autonomia. Neste caso, quando uma sociedade é capaz de proteger os direitos da sua população jovem, nas cidades, estados e país, esse potencial pode se concretizar como crescimento e prosperidade para todas as pessoas.

Para que isso seja possível, é fundamental apoiar o pleno desenvolvimento de jovens em seus territórios e, dessa maneira, garantir que possam realizar seus potenciais coletivos e individuais, concretizar sonhos, aprender, inovar e participar ativamente da economia e da sociedade, como protagonistas, em todas as suas esferas.

UMA GERAÇÃO EM RISCO

Em contraste com todo esse potencial, a população jovem vive uma realidade de constante violação de seus direitos e está mais exposta a uma série de vulnerabilidades sociais. As evidências apontam para um contexto excludente, violento e desafiador que acaba por impor barreiras para o desenvolvimento das juventudes.

Com o avanço da pandemia, a situação se tornou ainda mais grave, ampliando os índices de jovens sem oportunidades de trabalho e também da evasão escolar, com uma parcela significativa da população sofrendo impactos em seu processo educacional. Para além destes pontos, é inevitável ressaltar o agravamento das desigualdades sociais e de acesso à serviços essenciais, dos impactos na saúde mental de jovens, na segurança alimentar e também na segurança pública.

Todo este contexto tem forte influência no desenvolvimento da população jovem. Caso não seja revertido, o Brasil vive o risco de ter uma geração perdida e pode desperdiçar a oportunidade de alavancar o seu crescimento utilizando como força motriz a maior população de jovens da sua história.



PRECISA SER HOJE, AMANHÃ PODE SER TARDE DEMAIS

Essa é uma janela de oportunidades importante, mas também é urgente. Após manter-se por quase duas décadas com pouco mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, em níveis sem precedentes na história do país, o Brasil verá sua população nessa faixa etária voltar para baixo desse patamar a partir de 2021. O contingente jovem brasileiro pode chegar ao fim do século reduzido quase à metade de sua magnitude atual, diminuindo as possibilidades e ampliando os desafios para a prosperidade da nação. Isso significa que os investimentos certos precisam ser feitos agora, pois amanhã pode ser tarde demais.

CONHECER PARA TRANSFORMAR

Essa realidade desafiadora e urgente demanda a construção de ações concretas, com real capacidade de promover mudanças, atendendo as demandas emergenciais e apresentando perspectivas de futuro.

Porém, a dificuldade de acesso a dados atualizados e conhecimento sistematizado sobre as juventudes cria uma preocupante lacuna de dados e fragiliza os instrumentos de formulação de políticas públicas, estratégias, programas, projetos e iniciativas consistentes e sustentáveis para as juventudes do Brasil.

Diante desse contexto nasceu o ATLAS DAS JUVENTUDES.

O Atlas tem a missão de produzir, sistematizar e disseminar dados sobre as juventudes, para que sejam feitos os investimentos certos, construindo caminhos para um presente e futuro mais inclusivo e próspero para todas as pessoas. É uma plataforma de ação para as pessoas e organizações que atuam na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, estratégias, programas, projetos e iniciativas de / para / com as juventudes no Brasil.

Trata-se de uma iniciativa do **Em Movimento** e do **Pacto das Juventudes pelos ODS**, conduzida em três etapas:

- 1 imersão em bases de dados, realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social);
- 2 imersão qualitativa, executada pela Talk;
- 3 imersão em evidências e consolidação do relatório, elaboradas pelo Instituto Veredas.

Tendo como valor fundamental a cocriação, o Atlas é um chamado a todas e todos para que possamos empreender esforços em garantir um contexto de desenvolvimento pleno da cidadania e do potencial das juventudes para



transformar nosso país.

A diversidade e as potências das juventudes brasileiras

Os jovens brasileiros não vivem todos a mesma realidade social. Ainda que, enquanto geração, compartilhem um mesmo momento histórico, há muitas juventudes em nosso país.

Assim, para apoiar a juventude é preciso entender a diversidade



A maioria dos jovens brasileiros são pessoas negras.

(IBGE, 2020)



A etapa de análise de dados do Atlas das Juventudes identificou que a distribuição de jovens entre homens e mulheres é bastante equilibrada.

(NERI, 2019).

Enquanto na faixa etária entre 15 e 24 anos a maioria da população é do sexo masculino, na faixa seguinte, entre 25 e 29, a maioria é do sexo feminino. A partir daí, as mulheres são maioria para todas as outras faixas de idade.

A projeção para 2060 é de que os homens sejam maioria nas faixas de idades até 49 anos e as mulheres comporiam a maioria nas faixas etárias seguintes.

Atualmente, a maior parte da juventude brasileira se encontra nas áreas urbanas.

(IBGE, 2012b)

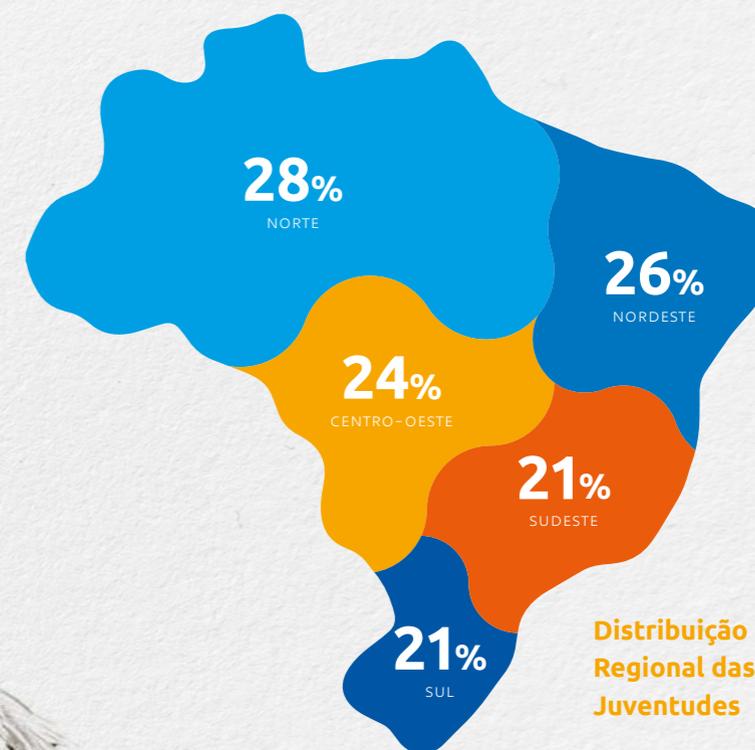
A distribuição se inverte quando consideramos a população indígena

(IBGE, 2012B)



SEGUNDO OS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010, HAVIA NO BRASIL,

6,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos residindo na zona rural.



Entre as macrorregiões do país, as regiões Norte e Nordeste contam com uma maior proporção de jovens

(IBGE, 2020)

Em 2010, 84.442 jovens de 15 a 29 anos se declararam indígenas, o que representava 0,4% da população jovem nacional e 26,6% da população total de indígenas do país. Desses jovens, 38,6% residiam em zonas urbanas e 61,4% em zonas rurais. Em 2010, 50,9% dos jovens autodeclarados indígenas eram do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino.

Mais especificamente, há alguns lugares que contam com uma maior concentração de jovens no país

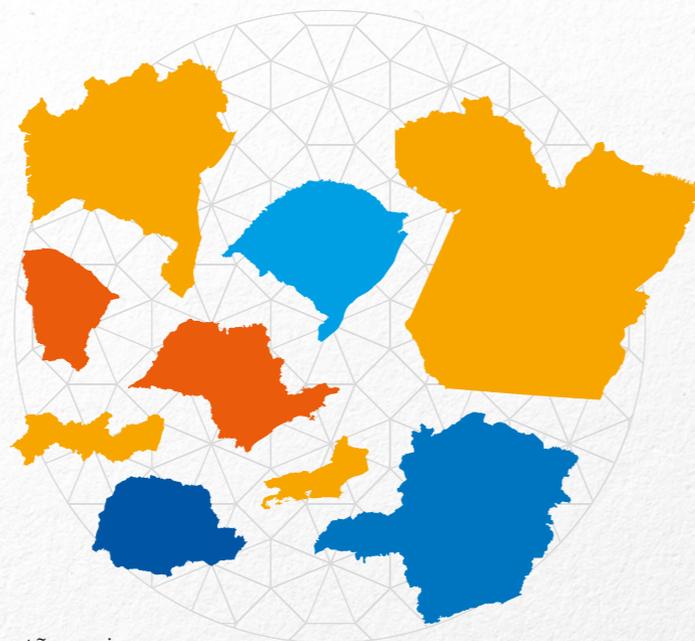
(NERI, 2019)

Jovens estão representados mais na região das **periferias metropolitanas**

nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará.

Jovens estão mais representados **nas capitais**

dos seguintes estados: São Paulo, Paraná, Bahia, Pernambuco e Pará.



Jovens LGBTQIA+

Estudos de grupos ligados ao movimento LGBTQIA+ estimam que no Brasil, na população geral, existam por volta de 20 milhões de gays **(10% da população)**, 12 milhões de lésbicas **(6%)** e 1 milhão de pessoas trans **(0,5%)**

(MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018)



Jovens com deficiência

(IBGE, 2012A)

Estima-se que o Brasil possua cerca de **6,6 milhões** de jovens entre 15 e 29 anos com deficiência (aproximadamente **15%** da população jovem do Brasil).

A maioria deles vive nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo a

deficiência visual a mais comum.

Liberar a potência que existe nos jovens é um desafio de toda a sociedade e que no Brasil se configura como especialmente urgente devido ao momento histórico que vivemos,

no qual a população economicamente ativa ainda é maior do que a população formada por crianças e idosos. O “bônus demográfico” da população jovem (UNFPA, 2014) é uma janela de oportunidade temporária e de grande relevância para o desenvolvimento futuro do país.

Gestores, tomadores de decisão, pesquisadores e organizações dos setores público e privado precisam atuar em conjunto com os jovens para tomar decisões estratégicas sobre quais políticas públicas, ações e programas serão postos em prática a fim de que as juventudes sejam valorizadas e respeitadas.

“Ser jovem é sentir que pode conquistar o mundo e ainda transformá-lo com o seu trabalho. É ter esperança, energia e paixão!”

Jovem participante Etapa qualitativa do Atlas das Juventudes

No Global Youth Report de 2017, o Brasil ficou em **11º lugar** entre trinta países no domínio de Tecnologia da Informação e Comunicação, o que demonstra um grande potencial dos jovens de se adaptar às mudanças tecnológicas.

Jovens brasileiros apresentaram, no Global Youth Report de 2017, **um índice acima da média internacional** para engajamento com atividades empreendedoras.

Capacitar os **40% dos jovens latino-americanos** que não ocupam postos formais de trabalho e não estão estudando ou em formação pode desencadear novos motores de crescimento.

Dados de 2019 da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) mostram que incluir jovens de 15 a 24 anos na educação ou no mercado de trabalho pode **evitar prejuízos de até 1,5% do PIB dos países.**

Política aparece entre os assuntos de maior interesse dos jovens na etapa de imersão qualitativa do Atlas.

Quem são as juventudes brasileiras? Recomendamos a leitura do capítulo de **Introdução e o Infográfico de Imersão.**

que existe dentro dela.

O Estatuto da Juventude

Aqui no Brasil, a compreensão de que investir em políticas para a juventude é uma agenda urgente com imenso potencial de retorno para a sociedade abriu portas para a criação de organismos governamentais, tais como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), bem como a construção de redes, sejam elas na sociedade civil ou amparadas por investimento do setor privado.¹

Foi a partir da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que o jovem ganhou um novo sistema protetivo próprio: o **Estatuto da Juventude**². Trata-se de um chamado à efetivação de direitos em parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade, em especial as juventudes.

Os princípios do Estatuto sustentam a promoção-, a valorização, o reconhecimento e o respeito necessários para o completo desenvolvimento físico, psíquico e social do jovem enquanto cidadão.

Destacam-se os direitos:

¹ Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>.

² Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>.

- 1 à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil (arts. 4º ao 6º);
- 2 à educação (arts. 7º ao 13º);
- 3 à profissionalização, ao trabalho e à renda (arts. 14º ao 16º);
- 4 à diversidade e à igualdade (arts. 17º e 18º);
- 5 à saúde (arts. 19º e 20º);
- 6 à cultura (arts. 21º ao 25º);

- 7 à comunicação e à liberdade de expressão (arts. 26º e 27º);
- 8 ao desporto e ao lazer (arts. 28º ao 30º);
- 9 ao território e à mobilidade (arts. 31º ao 33º);
- 10 à sustentabilidade e ao meio ambiente (arts. 34º ao 36º);
- 11 à segurança pública e ao acesso à justiça (arts. 37º e 38º).

Reconhecendo o avanço que o Estatuto da Juventude representa na busca por garantias fundamentais dos jovens, os capítulos do Atlas das Juventudes foram organizados visando contemplar os 11 direitos propostos no Estatuto, sendo que alguns foram agrupados pelas suas proximidades temáticas. Além disso, os direitos à diversidade e à igualdade foram considerados essenciais e transversais na discussão de todos os outros direitos, sendo abordados ao final de cada capítulo temático.

Quer saber mais sobre as garantias previstas no Estatuto da Juventude? Recomendamos que percorra a trilha de conhecimento proposta pelo Futura e pela Fundação Roberto Marinho e que também acesse o [Estatuto da Juventude em Revista](#).

Como o Atlas pode apoiar no desenvolvimento de juventudes tão plurais e potentes?

Já sabemos que o investimento em políticas e programas sociais voltados para os diferentes perfis de juventudes brasileiras é uma ação urgente, mas como isso pode ser feito é uma pergunta que vale ouro. Algumas premissas que balizam a construção desse documento para alcançarmos o objetivo de promover as potências jovens são:

O Atlas, portanto, vem colaborar com as redes de intercâmbio e com a divulgação de intervenções, programas e políticas baseadas em evidências bem-sucedidas, de modo a informar os debates e as ações coletivas em prol das juventudes.

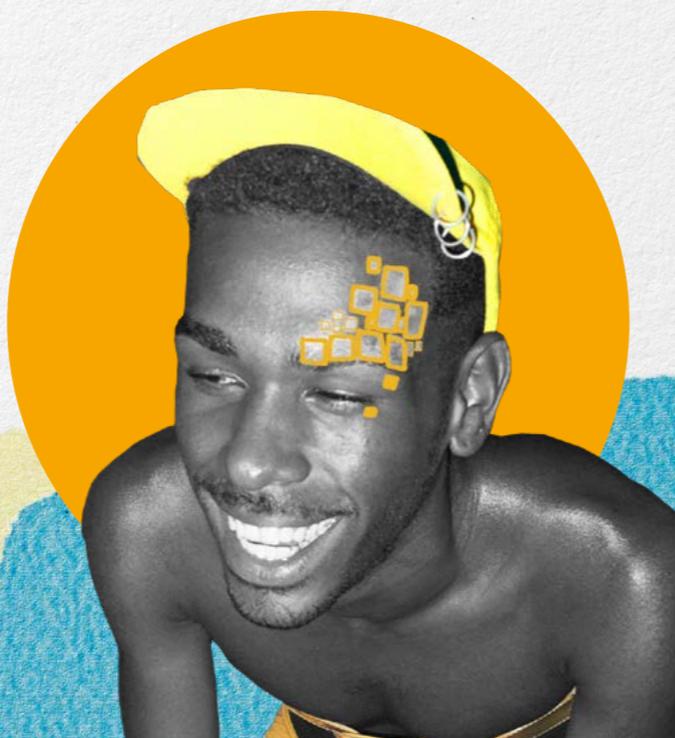
apresentação e caracterização unificada de dados sobre juventudes disponíveis em bases e documentos nacionais, ressaltado informações sobre cada direito fundamental proposto no Estatuto da Juventude;

tradução de evidências de impacto nacionais e internacionais em linguagem acessível, revelando inovações e boas práticas encontradas

descrição de elementos de equidade e implementação que impactam na escolha e entrega de ações e programas para jovens

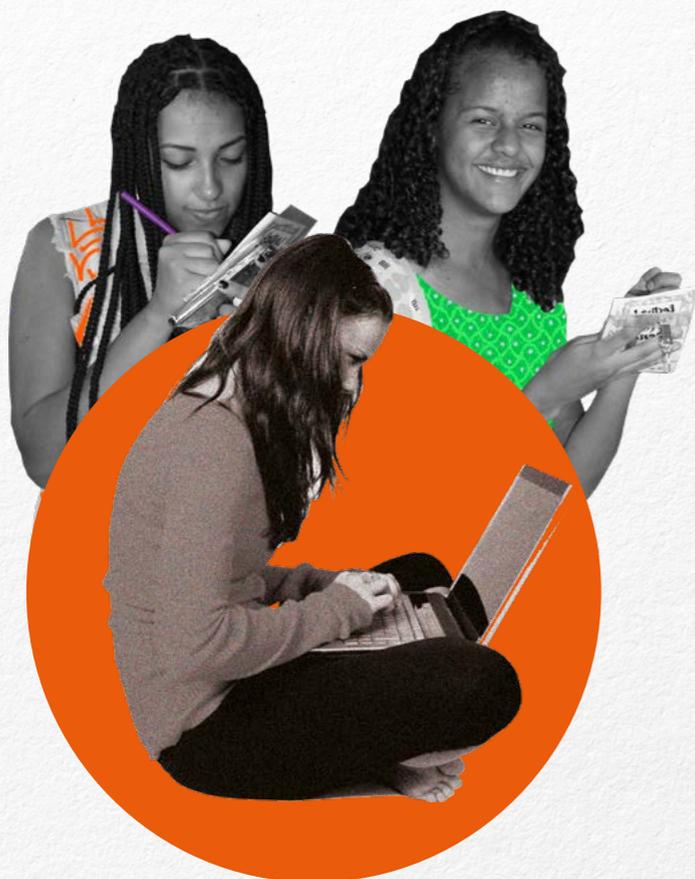
mobilização de atores-chave para solucionar problemas específicos de cada direito fundamental proposto.

A seguir, apresentamos os principais achados de cada capítulo do Atlas, lembrando que muitos estudos de impacto ainda focam em intervenções individuais, e precisamos avançar em construir soluções de longo prazo, intersetoriais e sistêmicas.



Direito à educação

Por que é importante atuar nesse direito?



Outro debate muito importante é como garantir a efetiva participação dos envolvidos, principalmente alunos e alunas, na construção das políticas de educação. O documento **Construção Coletiva de Propostas para o Ensino Médio** traz 27 propostas co-criadas por estudantes, educadores, gestores, pesquisadores e demais interessados no debate para a construção de um ensino médio democrático, inclusivo, integral e transformador. Confira!

Existem algumas preocupações principais com relação aos sistemas atuais de educação no Brasil:

1 dificuldade dos pais de colocar ou manter seus filhos nas escolas devido às condições econômicas e sociais que os cercam; 2 escassez de oportunidades educacionais para meninas e mulheres jovens, migrantes, adolescentes e jovens em situação de rua, jovens indígenas, jovens em áreas rurais e jovens com deficiências; 3 a qualidade da educação, sua relevância para o emprego e sua utilidade no apoio aos jovens na transição para a vida adulta, cidadania ativa e emprego produtivo e bem remunerado.

Mesmo reconhecendo que os jovens são o principal ativo econômico de um país, os governos, o setor privado e as organizações da sociedade civil podem ter dificuldades em propor soluções. As soluções mais promissoras visam incentivar o desenvolvimento de sistemas educacionais, incluindo universidades, mais alinhados com as necessidades atuais e futuras dos jovens e da sociedade, focando no compartilhamento de experiências e em arranjos alternativos, tais como arranjos informais para o fornecimento de alfabetização básica, treinamento de habilidades profissionais (alunos e professores) e formação ao longo da vida (universidades e cursos técnicos). Também devemos buscar que haja oportunidades para que os jovens procurem educação complementar ou universitária, que se envolvam em pesquisa ou sejam bem treinados para o trabalho autônomo, considerando os rearranjos decorrentes da pandemia de Covid-19.

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Facilitar a matrícula escolar e a frequência dos estudos

A construção de novas escolas, a melhora na infraestrutura e a redução dos custos para ir à escola demonstram bons resultados no aumento das matrículas, na frequência e nos resultados escolares.

2. Favorecer o aprendizado, o desempenho acadêmico e a conclusão dos anos de estudo

Podem ser feitas mudanças pedagógicas em diversos aspectos do ambiente escolar, tais como: recursos humanos; gestão educacional; currículo; clima e cultura escolar; orientação escolar; normas e valores sociais; comportamento dos professores; perfil dos alunos e relacionamento da escola com as famílias e comunidades.

3. Prevenir a evasão escolar

Pode ser feito a partir da promoção de espaços de diálogo com jovens e responsáveis, melhora das condições de acesso e permanência na escola, oferta de programas de transferência de renda. Algumas estratégias usuais como a suspensão ou a expulsão dos alunos apresentam efeitos negativos

e aumentam a chance de abandono escolar, de piora no desempenho acadêmico e de comportamento antissocial.

4. Desenvolver habilidades socioemocionais no ambiente educacional

Pode incluir oportunidades para realizar serviços junto à comunidade e atividades de aprendizagem social e emocional

5. Usar tecnologias e outros recursos complementares para instruir jovens

Envolve o uso de tablets, computadores, vídeos, aulas pré-programadas com roteiro e organizadores gráficos. O fornecimento de materiais e tecnologias por si só não

Entre os 25% mais ricos do país, o acesso ao ensino médio supera os 90%, enquanto entre os 25% mais pobres o acesso cai para 50%
FRM, 2020

Jovens negros e pardos representam 50,3% dos estudantes da rede pública de ensino superior e 46,6% da rede privada
AGÊNCIA BRASIL, 2020

22,1% dos jovens de 15 a 29 anos não exercem atividades de trabalho ou estudo e necessitam apoio para superar dificuldades em participar de cursos de qualificação
IBGE, 2020

Nas escolas urbanas, 94% dos jovens possuem ligação de rede de água; já nas escolas rurais esse número vai para apenas 27%³

costuma ser suficiente para melhorar os resultados da aprendizagem, é preciso que esteja vinculado a abordagens de pedagogia estruturada, em especial para jovens com autismo e deficiências.

6. Promover bem-estar dos professores e da equipe educacional

Visa melhorar o aprendizado dos alunos a partir do bem-estar organizacional. Envolve contratação para suprir carência de professores, especialmente em áreas rurais, capacitações, apoio financeiro e compra de materiais

3. Notícia: "Educação: Brasil urbano x Brasil rural". Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/brasil-urbano-x-brasil-rural.html>>

Direito à profissionalização, ao trabalho e à renda

Por que é importante atuar nesse direito?

A dificuldade em conseguir acesso à renda qualificada e sustentável costuma ser mais grave na população jovem diante de problemas enfrentados por eles, como, por exemplo, o analfabetismo, a capacitação insuficiente e a desaceleração econômica. Milhões de novos empregos precisariam ser criados para dar conta do grande fluxo de jovens chegando ao mercado, e esse não parece ser um caminho possível diante do avanço tecnológico, das comunicações e da automatização. A situação de jovens mulheres, assim como de jovens com deficiências, jovens refugiados e migrantes, adolescentes em situação de rua, jovens indígenas e jovens pertencentes a outras minorias merece atenção de novas ações.

As soluções eficazes encontradas na literatura apontam para o desenvolvimento e a capacitação dos jovens, que é um caminho viável, mas reconhecemos que propostas em nível macrossocial precisam ser ofertadas. Se não forem encontradas soluções eficazes em nível nacional e global, o custo para a sociedade será muito maior a longo prazo, uma vez que o desemprego está correlacionado com uma ampla gama de males sociais a cujos efeitos prejudiciais os jovens são particularmente suscetíveis. O mundo do trabalho é muito mais amplo do que o mercado de trabalho e são necessárias políticas de desenvolvimento que considerem as necessidades das pessoas, do bem-estar coletivo, do ambiente.

A taxa de desemprego entre os jovens brasileiros de 18 a 24 anos de idade ficou em 29,8% ao fim de 2020, bem acima da média geral de 13,9% do país no período

IBGE, 2021

Em 2018, 31% das mulheres disseram que não podiam trabalhar porque tinham que cuidar de afazeres domésticos

IBGE, 2020

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Desenvolver habilidades e promover capacitação dos jovens

Visam capacitar os jovens para as demandas do mercado de trabalho. As habilidades que os jovens dispõem em relação ao uso de tecnologias podem ser um caminho para contornar alguns dos obstáculos impostos pela pandemia do coronavírus.

2. Ofertar serviços que apoiem a busca por emprego e colocação no mercado de trabalho

Os programas efetivos nessa área tendem a contar com

múltiplos componentes. Prevalece uma combinação de treinamento para negócios, serviços de assessoria e instrumentos de acesso ao capital.

3. Facilitar a contratação de jovens no mercado de trabalho

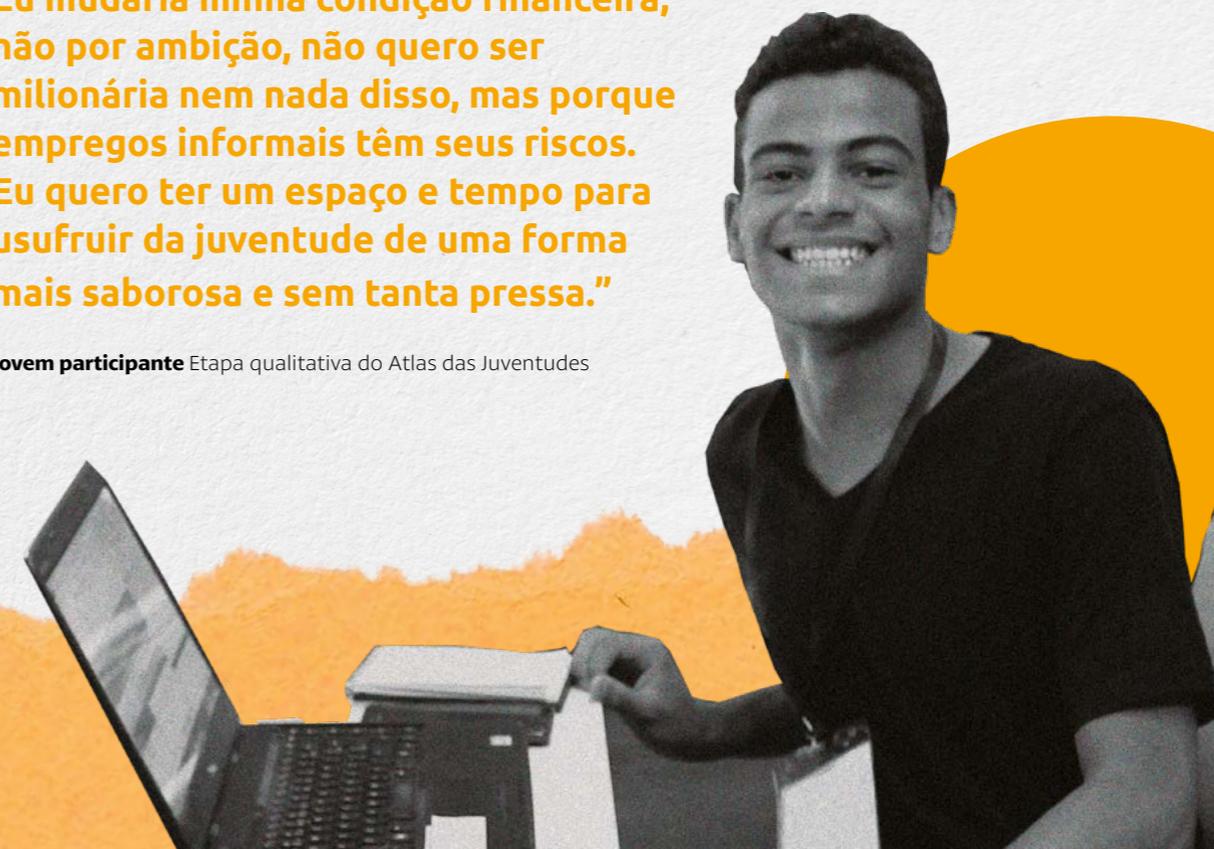
Uma estratégia eficaz é oferecer subsídios para organizações que facilitam a contratação dos jovens.

4. Promover o empreendedorismo jovem

Visa apoiar financeiramente os jovens, possibilitando fácil acesso ao microcrédito e buscando desenvolver habilidades de empreendedorismo jovem.

“Eu mudaria minha condição financeira, não por ambição, não quero ser milionária nem nada disso, mas porque empregos informais têm seus riscos. Eu quero ter um espaço e tempo para usufruir da juventude de uma forma mais saborosa e sem tanta pressa.”

Jovem participante Etapa qualitativa do Atlas das Juventudes



Direito à cultura, ao desporto e ao lazer, à comunicação e à liberdade de expressão

Por que é importante atuar
nesse direito?



A importância das atividades de tempo livre nos desenvolvimentos psicológico, cognitivo e físico dos jovens é reconhecida em todas as sociedades. As atividades de tempo livre incluem jogos, esportes, eventos culturais, entretenimento e serviço comunitário. Programas apropriados de lazer e cultura para jovens costumam ter como objetivo reduzir ou mitigar problemas sociais, tais como abuso de drogas e envolvimento juvenil com crimes. Uma faceta ainda pouco explorada no campo da cultura é sua possibilidade de articular-se com o mundo do trabalho, sinalizando que existem lacunas de programas e projetos de capacitação profissional e inserção produtiva de jovens em empreendimentos culturais.

Embora os programas de lazer possam contribuir muito para o desenvolvimento dos potenciais físico, intelectual e emocional dos jovens, eles devem ser projetados com o devido cuidado e preocupação para que não sejam usados como meio de excluir os jovens de participar de outros aspectos da vida social ou para doutriná-los. Além disso, os programas de atividades de lazer devem ser disponibilizados de modo gratuito e acessível.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ocupam um grande espaço nas interações diárias e no trabalho cotidiano. Mais recentemente,

devido à pandemia de Covid-19, esse território se tornou ainda mais demarcado com a implementação em larga escala do trabalho de casa, ou homeoffice, do ensino à distância e dos encontros casuais on-line. No âmbito das juventudes, as maiores preocupações quanto à comunicação consistem em torná-la universal, equitativa, acessível e segura, superando barreiras que impeçam sua utilização para os desenvolvimentos econômico, social e cultural. As tecnologias da informação e comunicação têm enorme potencial para expandir o acesso à educação de qualidade, para impulsionar a alfabetização e a educação primária universal e para facilitar o próprio processo de aprendizagem, se orientada para um desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e linguística das juventudes.

Além disso, as TICs oferecem novas maneiras de atender às necessidades dos jovens com deficiências que não podem ter acesso às fontes tradicionais de informação e emprego. Grupos vulneráveis da população podem capitalizar sobre as TICs para fazer uma melhor conexão com a sociedade e fazer avançar suas oportunidades de educação e emprego.



“Sempre que posso, tentei fazer exercícios, mas falhei. Tento cuidar da alimentação e de uma rotina com menos estresse.”

Jovem participante Etapa qualitativa do Atlas das Juventudes

Apenas 5,9% dos municípios brasileiros possuíam plano de cultura regulamentado por instrumento legal em 2014.⁴

O público mais beneficiado por políticas de esporte e lazer no Brasil, em 2011, era o de 12 a 17 anos, com uma queda brusca de aproveitamento junto às pessoas acima de 18 anos.⁵

Em 2015, na 3ª Conferência Nacional da Juventude, os jovens fizeram críticas aos altos preços cobrados para assistirem a eventos esportivos e de lazer.⁶

Entre a população mais pobre, jovens ou não, apenas seis de cada dez brasileiros conseguem navegar pela internet.⁷ Já entre os jovens, o percentual de acesso à internet foi elevado: entre 18 a 19 anos, é de 90,3%; entre 20 a 24, é de 91%; e entre 25 a 29 anos, é de 90,7% de utilização da internet nessa faixa etária

BRASIL, 2020

4. Notícia: “IBGE lança relatório sobre dados culturais”. Disponível em: <<https://culturaemercado.com.br/ibge-lanca-relatorio-sobre-dados-culturais/>>.

5. Cartilha: “Direitos da Juventude: Subsídios para o Debate”. Juventude, esporte e lazer”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/secaoiii_juventude_desporto_e_lazer_ok.pdf>.

6. 3ª Conferência Nacional da Juventude: Caderno de metodologia e propostas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/182/1/SNJ_CONF_3_cadernodemetodologiaepropostas_2015.pdf>.

7. Notícia: “Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil?”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil#:~:text=Hoje%2C%2046%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20uma%20das%20raz%C3%B5es%20>>.



O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Utilizar a prática artística para promover bem-estar, desenvolvimento cognitivo e físico dos jovens

Além de promover bem-estar, recorrer à arte e à cultura diminui fatores de risco à saúde, com bons resultados para redução do uso abusivo de álcool e outras drogas.

2. Oferecer ações de mentoria e lazer

Podem ser propostas na rede intersetorial: em escolas, espaços comunitários e serviços de saúde, inclusive com ótimos resultados secundários como prevenção do tabagismo e diminuição de conflitos de jovens com a lei.

3. Promover a prática de atividade física ao ar livre para mudanças no estilo de vida

Envolve prática de esportes na natureza e de aventura (como surfe, caiaque, trekking) para melhorar o bem-estar e desenvolver crenças e atitudes voltadas para o cuidado e a proteção da natureza e melhor trabalho em equipe.

4. Realizar ações de educação em saúde pelo esporte

Envolve intervenções educativas que proponham a prática esportiva para promover a saúde dos jovens e reduzir fatores de risco.

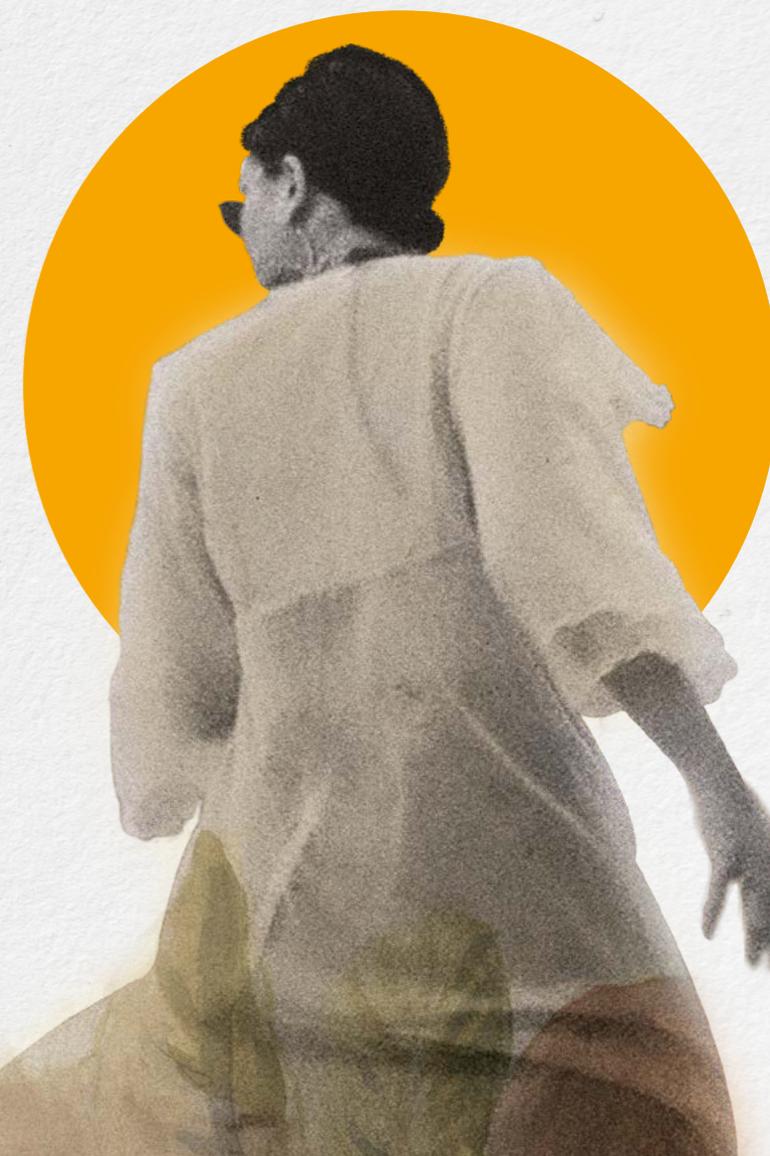
5. Encorajar a prática esportiva como intervenção psicossocial

A prática esportiva é uma boa estratégia para aumentar a autonomia

dos jovens, criar e fortalecer vínculos entre pares e melhorar o desempenho escolar, especialmente com jovens que mostram baixo desempenho.

6. Fomentar a prática esportiva como ferramenta de valorização de bens culturais

Praticar esportes pode ajudar no aprendizado da tradição e da prática espiritual indígena, como orações, rituais e homenagens a ancestrais; e como benefício para a saúde, como, por exemplo, no fortalecimento físico e na prevenção de doenças. Também protege juventudes indígenas contra a discriminação racial.



Direito à segurança pública e ao acesso à justiça

Por que é importante atuar nesse direito?

A intensidade e a gravidade do envolvimento dos jovens no conflito com a lei dependem principalmente das condições sociais, econômicas e culturais, podendo piorar em casos de recessão econômica, principalmente nos grandes centros urbanos. Em muitos casos, os jovens infratores são jovens que foram expostos à violência em seu ambiente social imediato, seja como observadores ou como vítimas.

Em vez de confiar apenas no sistema de justiça criminal, as abordagens para a prevenção da violência e do crime juvenil deveriam, portanto, incluir medidas para apoiar a igualdade e a justiça, para combater a pobreza e para reduzir a falta de perspectiva futura entre os jovens. Essa visão envolve pôr em prática, pelo menos, melhorias do sistema educacional, acesso a oportunidades de trabalho qualificadas e possibilidade de desfrutar de momentos de lazer e atividades culturais.

Em 2019, 74,4% das vítimas de violência letal no Brasil eram negras e 51,6% eram jovens de até 29 anos. Esses jovens também representaram mais de 70% das vítimas de intervenções policiais

FBSF, 2020

A maioria dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação não praticou atos infracionais contra a vida

BRASIL, 2019

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Prevenir violência juvenil desde a primeira infância

Envolve programas de visitação domiciliar, de aquisição de habilidades parentais e desenvolvimento geral na primeira infância.

2. Desenvolver habilidades sociais e de vida baseadas na escola

Programas de enriquecimento acadêmico, de prevenção à violência no namoro, ao bullying e de intermediação por pares são alguns exemplos. Também pode incluir atividades de lazer estruturadas após a escola e incentivos financeiros para adolescentes que frequentam a escola.

3. Ofertar atenção aos jovens em situação de maior risco ou já envolvidos com a violência

São abordagens terapêuticas que oferecem um acompanhamento mais próximo desses jovens. Podem envolver capacitação profissional, reorientação policial, mentoria com jovens e familiares e programas de prevenção de violência de rua.

4. Viabilizar estratégias que envolvem várias esferas da vida dos jovens, especialmente a nível comunitário e social

Compreende que a atuação em rede e sistêmica são mais eficazes. São ações que envolvem policiamento orientado para os problemas das comunidades e não dos indivíduos isoladamente, redução do acesso a bebidas alcoólicas, programas de controle das drogas e de redução do acesso a armas de fogo. Também incluem melhorias urbanas e redução dos impactos negativos da pobreza em regiões já muito desamparadas.

5. Prevenir a violência sexual

Visa capacitar jovens para identificarem sinais de violência em relacionamentos de seus pares, criando empatia para que eles intervenham e desenvolvam habilidades necessárias para intervenção.



Direito à saúde, à sustentabilidade e ao meio ambiente

Por que é importante atuar nesse direito?

Muitos jovens no Brasil sofrem com saúdes física e mental precárias como resultado das condições sociais em que vivem e comportamentos de risco. A saúde precária é frequentemente causada por um ambiente insalubre, pela falta de sistemas de apoio na vida diária, pela falta de informação e por serviços de saúde inadequados ou inapropriados. Os problemas são diversos e incluem a falta de um ambiente seguro e salubre, desnutrição e obesidade, risco de doenças infecciosas transmitidas pela água, indisponibilidade de políticas de saúde reprodutiva, o consumo excessivo de tabaco, álcool e outras drogas e a ascensão de comportamentos de risco de suicídio.

Muitas dos problemas, e consequentemente das soluções, em saúde envolvem diversas esferas da vida dos jovens e são correlatas a outros direitos, como é o caso da vulnerabilidade dos jovens ao abuso e tráfico de drogas, particularmente para os jovens de menor faixa etária. Mas não é apenas aí que reside o problema. O abuso de medicamentos prescritos e a automedicação como antidepressivos e ansiolíticos também podem trazer várias consequências e colocar os jovens em situação de vulnerabilidade ainda maior. Portanto, em saúde, e não apenas no contexto das drogas, é essencial que os programas sejam adaptados ao contexto social e cultural e que haja uma cooperação efetiva entre várias abordagens de tratamento, envolvendo as redes de apoio familiar e comunitária.

“Tenho depressão e ansiedade, mas o que mais faz ela atacar é o fato de todo dia eu precisar ajudar as pessoas e com isso acabo pegando um pouco dos problemas delas.”

Jovem participante Etapa qualitativa do Atlas das Juventudes

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Prevenir e reduzir incidência de agravos em saúde

Visam alcançar mudanças comportamentais por meio do desenvolvimento de habilidades sociais e de vida e ações educativas.

2. Tratar doenças ou problemas de saúde em jovens

Geralmente são ações terapêuticas que tratam de problemas de saúde já instaurados nos jovens e buscam reduzir taxas de mortalidade e morbidade. São exemplos os aconselhamentos terapêuticos e os atendimentos psicossociais.

3. Desenvolver estratégias legislativas ou medidas jurídicas

Buscam influenciar o comportamento por meio de restrições legais, aumento dos preços por meio da tributação e aplicação de leis específicas.

4. Realizar ações multicomponentes nos sistemas de saúde

Compreende que o sistema de saúde atua de modo intersetorial e em várias esferas da vida dos jovens. São exemplos: políticas de financiamento ou desconto em nível pessoal, reforma organizacional dos espaços de saúde e programas de treinamento dos profissionais de saúde.

Jovens, por serem considerados pessoas saudáveis, não costumam receber a atenção necessária em saúde, a não ser nas questões de saúde reprodutiva. É preciso estar atento aos determinantes sociais em saúde para falar das juventudes de forma integral

BRASIL, 2010

Jovens protegidos por políticas e programas adequados à idade sentem-se mais seguros para prosperar e desenvolver resiliência

WHO, 2018

Jovens, por serem considerados pessoas saudáveis, não costumam receber a atenção necessária em saúde, a não ser nas questões de saúde reprodutiva. É preciso estar atento aos determinantes sociais em saúde para falar das juventudes de forma integral

BRASIL, 2010



Direito ao território e à mobilidade

Por que é importante atuar nesse direito?

Para driblar as dificuldades do dia a dia e alcançar novas oportunidades sociais e econômicas é comum no Brasil o movimento de saída dos jovens do meio rural para as zonas urbanas ou grandes cidades. Contudo, a cidade proporciona uma relação de ambiguidade. Ao mesmo tempo que é lugar de oportunidades, também é lugar de barreiras. São dificuldades comuns dos centros urbanos o racismo, a violência, as distâncias entre os espaços de moradia, trabalho e atividades culturais, entre outras. Esses obstáculos representam um enorme desafio para as políticas públicas, que se veem na missão de buscar solucionar várias problemáticas de uma vez só. Nesse contexto, políticas que visem proteger o direito ao território e à mobilidade necessitam estar bem articulados com as soluções propostas em outras esferas da vida dos jovens, incluindo questões de equidades.

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Promover ações para juventude rural

Envolvem questões de acesso à terra e mecanismos para fomentar a permanência no campo, tais como formalização da posse da terra e participação dos jovens em negócios rurais.

2. Ofertar estratégias para juventude indígena e para povos de comunidades tradicionais

Diz respeito a mecanismos de proteção à propriedade de terras de povos indígenas e tradicionais e processo de demarcação de terras. Inclui direitos coletivos desses povos à alimentação, que depende de recursos vindos da terra.

3. Desenvolver e aprimorar políticas de proteção para jovens em situação de rua

Preveem a redução do número de jovens em situação de rua e promoção de estabilidade habitacional, buscando acesso imediato à moradia, sem nenhuma condição, e intervenções psicoterápicas e familiares.

4. Melhorar a qualidade da moradia dos jovens

São investimentos que buscam melhorias nas condições de moradia e bem-estar dos jovens para aprimorar indicadores de saúde, tais como instalação de segurança térmica, alarmes de incêndio e acessibilidade da moradia.

5. Fomentar políticas de mobilidade urbana sustentável

Consiste na organização urbana de modo a promover o transporte com sustentabilidade ambiental e econômica e justiça social.

Em 2018, o contingente de jovens rurais era de 6,8 milhões, com 1 em cada 6 jovens brasileiros vivendo no campo

IBGE, 2018

Os gastos pessoais relacionados ao deslocamento urbano podem chegar a 20% do orçamento pessoal para quem recebe um salário mínimo.⁸

Uma parcela significativa da população em situação de rua no Brasil é composta por jovens com até 35 anos, que representam 43,21% dos homens e 52,23% das mulheres em situação de rua

SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020

Entre os 1.679 municípios que dispunham de serviço de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, 11,7% estavam com a frota totalmente adaptada para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto 48,8% possuíam frota parcialmente adaptada

IBGE, 2017

8. "Por que tão caro? Transporte bom e barato é possível", Boletim Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <<https://casafuminense.org.br/wp-content/uploads/2019/04/2%C2%BA-Boletim-Agenda-Rio-2030-Porque-t%C3%A3o-carro.pdf>>.



Direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil

Por que é importante atuar nesse direito?

“Os jovens precisam fazer parte da política para que as políticas criadas sejam feitas com a perspectiva dos jovens e sejam capazes de atender nossas necessidades reais.”

Jovem participante
Etapa qualitativa do Atlas das Juventudes

O Brasil possui 105 conselhos estaduais e municipais de juventude, porém quase metade deles está localizada na região Sudeste

COSTA, 2014

O uso das mídias e das redes sociais pode favorecer e amplificar o debate sobre as questões de participação política e social

DE VASCONCELOS;
GONZÁLEZ;
MARQUES, 2020

A capacidade de progresso de nossas sociedades se baseia, entre outros elementos, em nossa capacidade de incorporar a contribuição e a responsabilidade da juventude na construção e no projeto do futuro. Além da contribuição intelectual e da capacidade de mobilizar apoio, os jovens trazem perspectivas únicas que precisam ser levadas em conta. Quaisquer esforços e ações propostos nos direitos fundamentais anteriores são, de certa forma, condicionados por possibilitar a participação econômica, social e política da juventude como elemento crítico.

As organizações juvenis são fóruns importantes para que os jovens possam desenvolver habilidades necessárias para a participação efetiva na sociedade, promovendo a tolerância e o aumento da cooperação e intercâmbio entre as organizações juvenis, o governo, as organizações da sociedade civil, pesquisadores e atores do setor privado interessados no tema.

38%

dos jovens relatam que não gostam de política ou não se envolvem

34%

não costumam participar, mas se interessam por política

19%

dos jovens relatam que não gostam de política ou não se envolvem

9%

e consideram ativos politicamente

(BRASIL, 2013).

O que pode ser feito para aprimorar esse direito no curto prazo?

1. Fomentar a participação comunitária

Envolve iniciativas de renovação urbana (reformas, mutirões, hortas comunitárias) e programas de desenvolvimento comunitário (associações, busca de soluções comunitárias, facilitação do acesso à moradia, formação de lideranças).

2. Realizar ações educativas para promoção da participação

Uso de estratégias como Educação para a Cidadania e “tecnologias cívicas”, tratando de temas como desenvolvimento moral e social, conhecimento da esfera política e envolvimento comunitário.

3. Buscar o envolvimento juvenil em pesquisas participativas

Jovens assumem uma posição protagonista na geração de conhecimento sobre suas realidades,

perspectivas e comunidades, podendo ter efeitos em nível interpessoal, institucional e político.

4. Promover a transparência da informação

Envolve divulgação de informações sobre direitos dos usuários e acesso a serviços públicos, como campanhas de transparência governamental.

5. Monitorar e fiscalizar o desempenho dos serviços públicos

São estratégias de aproximação entre sociedade e Estado que visam à redução da corrupção. Envolve maior participação social na avaliação, monitoramento e coleta de “feedback cidadão”.

6. Estimular o planejamento participativo

Busca garantir a participação da comunidade e a prestação de serviços de modo mais alinhado aos interesses, necessidades e modos de vida da comunidade, focando na redução de barreiras e iniquidades de cada contexto.

7. Incluir jovens em situação de maior discriminação e exclusão na construção de políticas sociais

Pode ocorrer na forma de treinamentos e desenvolvimento de capacidades, programas de transferência de renda e projetos de gestão cooperativa.



Reflexões sobre equidade e implementação

Ao abordar qualquer um dos direitos apresentados é importante ter algumas considerações em mente:

A **natureza transversal das políticas** e dos serviços para os jovens significa que eles não podem ser implementados isoladamente uns dos outros. São necessários fortes mecanismos de coordenação entre as partes governamentais e não governamentais interessadas, para evitar uma execução fragmentada entre áreas.

Algumas vezes, mesmo o melhor dos programas não atinge os melhores índices de eficácia a médio e longo prazo por desconsiderar aspectos de **equidade** e implementação adequados. Por isso, o **Atlas** propõe uma abordagem atenta às desigualdades que atingem as juventudes brasileiras, destacando elementos dos programas/ações que precisam ser levados em conta no ciclo das políticas públicas.

A ferramenta PROGRESS foi um recurso utilizado em todos os capítulos do **Atlas** e é nossa forma de chamar a atenção para desafios relacionados às iniquidades sociais, afirmando o direito à diversidade e à igualdade. Encorajamos que os atores-chave ativem suas redes ao planejar e implementar ações, uma vez que a maioria das soluções envolvem intensa cooperação entre setores. Gestores, pesquisadores, representantes do setor privado e da sociedade civil, trabalhadores e jovens podem contribuir com suas visões singulares na adaptação de qualquer política ou programa ao contexto local, sem deixar ninguém para trás.

Algumas das principais questões que necessitam ser consideradas ao conceber ou adaptar uma intervenção e são comuns a quase todos os direitos fundamentais são:

	Desafio	Solução
Local de residência	Dificuldades de acesso a serviços em áreas rurais e periféricas	<ul style="list-style-type: none">• Descentralizar os equipamentos públicos;• ofertar intervenções itinerantes;• oferecer auxílios financeiros para transporte e alimentação em caso de deslocamento.
	Poluição dos recursos hídricos fora dos grandes centros urbanos	<ul style="list-style-type: none">• Garantir distribuição de rede elétrica e saneamento básico;• reforçar leis e regulamentações de proteção ao meio ambiente;• possibilitar espaços de descarte correto dos lixos.
	Violência sexual e exploração infantil nos grandes centros urbanos	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer ações itinerantes;• oferecer sessões de acompanhamento familiar e individual.
	Violência nas regiões com presença de milícia, gangues rivais ou conflito de terras	<ul style="list-style-type: none">• Situar a intervenção em lugares “neutros” ou de forma itinerante.
Raça/etnia/cultura/idioma	Desigualdade étnico-racial	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar o debate sobre preconceito em oficinas dentro e fora das salas de aula;• garantir a representatividade de pessoas negras/indígenas em filmes e desenhos;• realizar pesquisas com dados desagregados por raça/etnia, diferenciando, sempre que possível, pessoas pretas e pardas e amarelas e “povos tradicionais” (indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, pescadores, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, pantaneiros, veredeiros, caatingueiros, entre outros);• incluir e solicitar ajuda de jovens da comunidade para escolha, adaptação e implementação de estratégias locais;• valorizar o conhecimento local e o idioma ao escolher estratégias para as comunidades.
	Desvalorização de bens culturais	<ul style="list-style-type: none">• Promover e fortalecer eventos culturais para expressão de cultura e linguagem não hegemônica (por exemplo, festas tradicionais, mostras fotográficas ou literárias etc.);• financiar e ler livros escritos por pessoas negras, nordestinas, indígenas etc.

Ocupação e trabalho

Dificuldade de conciliar horário de trabalho ou estudo com a participação nas intervenções

- Oferecer intervenções em horários de contraturno ou noturnos;
- proporcionar cuidadores de crianças pequenas para que as mães e responsáveis dos jovens possam participar das intervenções;
- auxiliar financeiramente ou com benefícios, como o passe, para que jovens possam se deslocar até o local da intervenção;
- oferecer intervenções itinerantes.

Interrupção de estudos devido à ocupação com tarefas domésticas

- tornar o trabalho doméstico remunerado, especialmente nos casos que envolvem cuidados de crianças e idosos;
- fortalecer redes de apoio comunitárias para divisão dos cuidados com familiares e com a casa.

Dificuldade em conciliar trabalho e/ou estudos com prática de exercícios físicos e participação em atividades culturais

- Reduzir a distância entre os espaços de entretenimento e prática esportiva dos espaços de moradia;
- utilizar ferramentas de arquitetura e urbanismo inteligente para tornar espaços públicos mais convidativos e seguros no período noturno;
- abrir aos finais de semana e à noite os equipamentos de cultura e de prática esportiva.

Fragilidade dos contratos de trabalho

- Promover participação juvenil em sindicatos.

Gênero

Desigualdade de renda entre homens e mulheres jovens

- Disponibilizar espaços de cuidado infantil;
- concessão de bolsas de estudo exclusiva para mulheres ou de subsídio financeiro como vale-transporte e vale-alimentação;
- concessão de licença-paternidade mais longa.

Discriminação da população LGBTQIA+

- Contabilização dessa população no Censo do IBGE;
- uso de linguagem inclusiva de gênero em espaços públicos;
- produção de amostras e ações a partir da escuta de jovens e pessoas LGBTQIA+;
- promoção de educação sexual inclusiva, visando à aceitação da individualidade e da autonomia das pessoas;
- acesso à informação de qualidade, baseada em evidências científicas e com o uso de linguagem acessível.

Violência contra a mulher

- Oferecer sistemas de casas seguras para acolhimento de mulheres e mulheres trans atingidas pela violência doméstica;
- organização de patrulhas voltadas para a prevenção à violência doméstica no território.

Participação desigual de homens e mulheres jovens na prática esportiva

- Criação de espaços públicos mais seguros para a prática esportiva e para o deslocamento;
- disponibilização de um espaço de cuidado infantil.

Estigmatização e cristalização de papéis de gênero no meio rural

- Expansão de políticas públicas de acesso à terra, crédito rural, ensino superior e empreendedorismo rural para mulheres;
- disponibilizar acesso às tecnologias de comunicação.

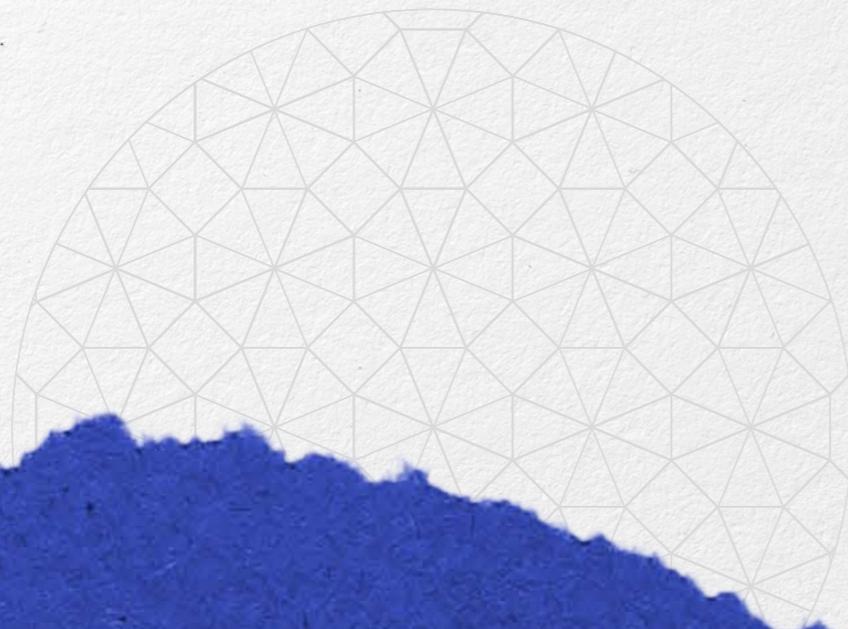
Religião

Discriminação de práticas religiosas de matrizes africanas

- Situar as intervenções em locais que possam ser frequentados por diferentes grupos religiosos;
- adoção de ações afirmativas e ações de combate ao estigma.

Participação cultural e esportiva vetada por normas religiosas

- Oferecer estratégias adaptadas e alternativas a fim de não colidir com o sistema de crenças dos jovens.



Educação

Violência nas escolas	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer práticas pedagógicas democráticas e dialógicas;• promover articulação entre os sistemas de educação com os de saúde, assistência social, justiça, cultura, esporte etc.
Diferenças nos níveis de escolaridade para a oferta de intervenções/estratégias	<ul style="list-style-type: none">• Adaptar intervenções para o uso de linguagem simples e com diferentes formatos (vídeos, áudios, textos, comunicação oral, comunicação artística).
Dificuldade de ofertar programas e ações para jovens que não frequentam a escola	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer ações em diferentes serviços comunitários, tais como UBS, CRAS, CREAS, centros poliesportivos etc.;• oferecer ações itinerantes.
Dificuldade em ofertar uma educação contextualizada para jovens indígenas e de comunidades tradicionais.	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer a conexão da juventude com o território e a cultura tradicional por meio de amostras, eventos, espaços de escuta intergeracional etc.;• promover participação dos jovens no processo de construção de políticas públicas;• facilitar deslocamento dos jovens até a escola ou verificar melhores soluções locais;• viabilizar por meio de auxílios financeiros, bolsas ou benefícios a permanência nas escolas e nas universidades de jovens pertencentes a esses grupos.

Status socioeconômico e capital social

Abandono e atraso escolar devido à baixa renda	<ul style="list-style-type: none">• Promover indicadores educacionais de desempenho inovadores por meio de reuniões entre professores e alunos, visando a uma perspectiva multidimensional da vida dos jovens ao avaliar sua proficiência escolar.
Indisponibilidade de tempo para frequentar escola ou programas de formação devido ocupação formal ou informal	<ul style="list-style-type: none">• Incentivar financeiramente a participação dos jovens em capacitações e cursos de formação profissional;• oferta de bolsas de estudos para incentivar permanência, bem como outros auxílios para aquisição de materiais, deslocamento e alimentação.
Dificuldade de acesso a bens culturais (cinema, teatro, shows, livros etc.)	<ul style="list-style-type: none">• Promover a iniciação de jovens a diferentes formas de produção e expressão cultural, como atividades em Pontos de Cultura e escolas;• disponibilizar entradas com desconto (meia) ou gratuidade;• promover atividades de lazer que não envolvem custos com ingresso ou deslocamento.
Dificuldade em acessar os serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none">• Promover abordagens de base comunitária, especialmente para prestar serviços de HIV/AIDS e saúde reprodutiva;• ofertar serviços de clínicas móveis para aqueles com menor acesso aos serviços de saúde;• ofertar estratégias baseadas em telefonia celular e internet quando viável.

Agenda social

O imperativo da participação dos jovens

Diante das diversas possibilidades de ação identificadas pelo Atlas, há uma questão crucial que não pode ser perdida de vista: investir nas juventudes brasileiras é urgente se quisermos colher resultados positivos de longo prazo. A implementação de boas práticas não acontecerá somente por meio de políticas governamentais. Organizações do setor privado e da sociedade civil também devem apostar no potencial de jovens para desempenhar papéis de liderança e oferecer apoio para ajudá-los a se desenvolver e atingir os objetivos individuais e coletivos.

Promover a participação dos jovens é mais do que buscar ouvir suas opiniões (embora isso seja muito importante!). É preciso oportunizar que eles e elas possam decidir sobre os caminhos a serem adotados e alcançar mudanças reais. A participação promove o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens, fortalece o compromisso social e a compreensão dos direitos e da democracia. Além disso, produz melhoria na qualidade dos projetos e políticas, tornando-os mais relevantes para o contexto local.

Ao promover a participação dos jovens, é importante reconhecer que a maneira como a juventude se envolve na vida pública difere dos caminhos tradicionalmente utilizados.

Os canais não institucionalizados, como debates *on-line*, mídias sociais, petições e movimentos sociais, já são significativos hoje, mas provavelmente se tornarão ainda mais importantes no futuro, como acredita a grande maioria das organizações que atuam com jovens. Esses novos caminhos sublinham uma mudança significativa no envolvimento da juventude na vida pública em nível global, nacional, local e comunitário, exigindo que os governos adaptem e inovem os canais participativos.

O progresso feito até o momento na promoção da participação deve ser sustentado e aprimorado. A participação dos jovens deve se tornar um componente comum das políticas locais, nacionais e internacionais para a juventude; somente então as abordagens tradicionais em relação à juventude começarão a evoluir e o compromisso frequentemente assumido com sua participação começará a ter sentido. A abordagem deve promover o respeito por eles e elas como atores sociais, como agentes em suas próprias vidas e como cidadãos em suas comunidades e no nosso país.

Se a nova participação social ocorre no encontro da educação com a tecnologia, precisamos trabalhar para abordar as desigualdades no acesso dos jovens à internet, às habilidades digitais, à educação continuada em espaços formais e informais e ao conhecimento sobre seus direitos!

Agenda política e de pesquisa

Para apoiar a juventude em sua transição para uma vida autônoma, **o governo, o setor privado, as organizações da sociedade civil, os pesquisadores e os próprios jovens** precisam atuar em sinergia para alcançar soluções. Desse modo, deve ser ressaltada a importância das secretarias, dos conselhos e das conferências de juventudes para articular políticas e programas intersetoriais. Junto disso, garantir recursos humanos, formação e mobilização do interesse sobre as juventudes é essencial.

Para construir uma agenda política com e para as juventudes, é preciso:

1. Formular e investir na qualidade de políticas integradas para a juventude, garantindo que elas sejam coerentes com as demandas desse público, baseadas em evidências, participativas e intersetoriais, apoiadas por compromisso político, recursos adequados e mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação.
2. Equipar os formuladores de políticas com recursos e habilidades adequados, de modo a garantir e oferecer políticas e serviços para a juventude que sejam coordenados em diferentes pastas governamentais e articulados de modo coerente com as organizações da sociedade civil e o setor privado.
3. Conhecer barreiras relacionadas à discriminação de jovens para facilitar o acesso destes aos recursos públicos e à participação na vida pública.
4. Fornecer serviços públicos sensíveis aos jovens e suas demandas, permitindo interação por meios digitais quando possível, para facilitar seu acesso à informação e ao aconselhamento em áreas como educação, emprego, saúde e outras.
5. Fornecer políticas e programas direcionados para jovens mulheres e homens de diversas origens e condições de vida, especialmente às populações jovens mais vulneráveis (por exemplo, povos de comunidades indígenas e tradicionais; jovens em situação de rua; jovens migrantes e jovens com deficiências).
6. Fortalecer a coleta e a divulgação sistemática de dados desagregados por idade, gênero, raça e orientação sexual, a fim de customizar as respostas políticas a desafios específicos e permitir a realização de avaliações de impacto e do monitoramento de políticas e orçamentos públicos.
7. Envolver os jovens interessados de forma significativa na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas para garantir a diversidade etária nas consultas públicas e intervenções mais ágeis e inclusivas, tanto pessoalmente como por meios digitais.
8. Explorar plataformas de cocriação de forma a engajar o ativismo jovem não institucionalizado e reconhecer sua importância na contribuição para o discurso político.
9. Assegurar que os formuladores de políticas estejam cientes e tenham as habilidades e ferramentas de gestão pública corretas para promover a justiça entre gerações na elaboração de políticas, gastos públicos e tomada de decisões.
10. Promover oportunidades para que os jovens sejam cada vez mais representados e representantes em cargos eletivos e de gestão.

Lacunas de pesquisa

A **desatualização ou falta dos dados** dificultaram uma coleta de informações mais contemporâneas sobre as juventudes. O último Censo Demográfico disponível data de 2010 e a grande maioria dos estudos mais recentes não possuem força metodológica que garantam a generalização dos dados sobre os jovens. Mesmo em pesquisas mais recentes, como a PNAD Contínua 2020, os dados sobre populações jovens minoritárias não são detalhados, tais como juventude LGBTQIA+, indígena e advindas de povos tradicionais, o que impossibilita conhecer mais sobre essas juventudes.

A **não estratificação etária do público jovem foi um problema**. Recortes etários comumente vistos foram: crianças e adolescentes (de zero a 18 anos) e jovens adultos (de 18 a 39 anos). Ambos os recortes incluem a juventude, mas não abordam exclusivamente as barreiras e potências dessa população.

Muitas das ações e estratégias encontradas na literatura necessitam ser **contextualizadas à realidade brasileira e que levem em consideração não só intervenções a nível individual, mas sistêmico**. Pesquisadores que trabalham com ciência da implementação, políticas públicas e afins devem se sentir convocados a adaptar culturalmente as estratégias que apresentam potencial à sua comunidade. Adaptações culturais envolvem um grande movimento de escuta de atores-chave e têm como objetivo que as estratégias apresentem bons resultados de eficácia e maior potencial de sustentabilidade local.

Compreendendo que a construção do saber envolve várias vozes, reforçamos a importância da **elaboração de pesquisas qualitativas que escutem a voz dos jovens**. Por bastante tempo o jovem não foi considerado no processo de agenda de pesquisa. Avaliações de necessidades sobre os interesses jovens poderiam ajudar na construção de uma agenda de pesquisa e política mais adequada a esse público. Além disso, investigações que reportem à potência das juventudes, a partir da escuta jovem, para as próximas décadas fazem parte do reconhecimento do papel que os jovens ocuparão nos próximos anos.

Chamada para a IV Conferência de Juventudes⁹

Prevista pelo **Estatuto da Juventude**, a Conferência Nacional de Juventude deve ser convocada em um intervalo máximo de quatro anos. **O evento tem um importante papel na luta por políticas públicas, na promoção à participação social e política dos jovens e na elaboração de diretrizes, relatórios e documentos sobre a temática das juventudes**. A última edição ocorreu em 2015 e mobilizou 600 mil jovens de 15 a 29 anos de idade em todas essas etapas.¹⁰

O tema da IV Conferência Nacional de Juventude é: "Novas Perspectivas para a Juventude", contudo, devido à disseminação da pandemia de Covid-19 no Brasil, a Comissão Organizadora Nacional (CON) da IV Conferência deliberou pela alteração no calendário das etapas municipais, estaduais e nacional do evento e ainda há incerteza sobre as datas de realização.

Se você é pesquisador, tanto o período pré-conferência quanto a participação no evento são oportunidades únicas para compreender melhor barreiras e potências que circundam a vida dos jovens. Além disso, é possível articular com o setor público e privado para que você possa facilitar espaços de conversa entre jovens, sociedade civil e gestores, garantindo a existência de espaços de diálogo democrático e aprendendo muito.

9. Documento resultante da 3ª Conferência Nacional de Juventude: Direitos da juventude: subsídios para o debate: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/3confjuv%20documento-base.pdf>>.

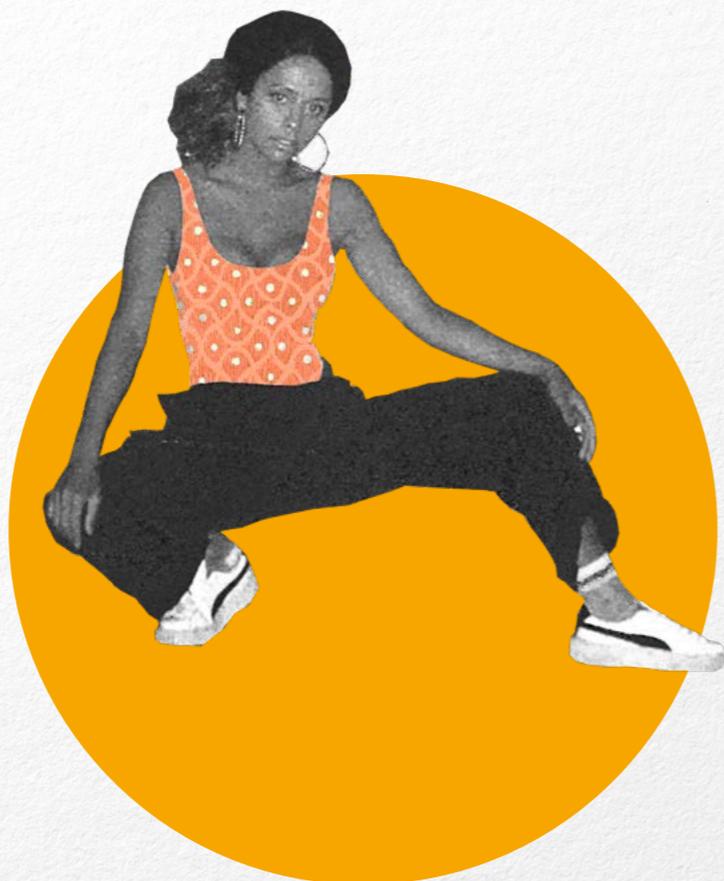
Se você atua com a pauta da juventude em organizações da sociedade civil ou no setor privado, estimule a participação desses jovens na Conferência e apoie com tecnologias, incentivos ou capacitações a participação de delegados e delegadas. Ajude a divulgar a história de outras conferências e a importância dessa. Somar forças na mobilização para que a IV Conferência de Juventude possa acontecer implica perguntar: "Quais recursos minha organização possui que podem ser úteis para tirar a Conferência do papel?"

Se você é gestor estadual ou municipal, esse é um momento precioso para se preparar para a IV Conferência. Reúna-se com os jovens da região onde você atua, mesmo que de forma remota, para saber quais prioridades eles possuem e assim possam planejar despesas para alocação no orçamento do próximo ano. E, principalmente, construa soluções locais para garantir que as primeiras etapas da Conferência sejam realizadas!

10. Documento resultante da 3ª Conferência Nacional de Juventude: Direitos da juventude: subsídios para o debate: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/3confjuv%20documento-base.pdf>>.

Segundo mapeamento da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ),¹¹ todos os governos estaduais possuem algum setor governamental que trata das políticas públicas de juventude, porém nos municípios a situação ainda é crítica. São poucos dos 5570 municípios que possuem essa mesma estrutura.

11 Disponível em: <<https://emporiadodireito.com.br/leitura/a-4-conferencia-nacional-de-juventude-e-as-incognitas-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-no-governo-bolsonaro>>.



O relatório completo, relatórios específicos, publicações, vídeos, informações para imprensa e outros recursos estão online na plataforma www.atlasdasjuventudes.com.br

Para mais informações, entre em contato: contato@atlasdasjuventudes.com.br



Vamos mudar essa realidade! Municípios pequenos podem começar com pontos focais e cooperações regionais, o importante é colocar nossas juventudes no centro das agendas e começar a traçar os passos para políticas, cada vez mais, com e para os jovens.

Quer saber mais? Clique aqui e conheça o relatório completo do Atlas das Juventudes!



Realizadores

em movimento  **PACTO DAS JUVENTUDES**
PELOS ODS

Apoiadores Potência

 **SICOOB** Instituto  **arapyau**  **Itaú** Educação e Trabalho

Apoiador Juventudes

 **LEGADO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA**

Apoiadores Transformação

 **fundação arymax**  **Fundação Roberto Marinho**  **Cultura**

Apoiadores Diversidade

 **eureca** GLOBAL OPPORTUNITY YOUTH NETWORK SÃO PAULO & PARTNER 8 JORN

Parceiros Técnicos

 **FGV SOCIAL** CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS  **TALK**  **INSTITUTO VEREDAS**

Parceiros

 **fundação arymax**  **HUB São Paulo**  **arapyau**  **ELOS**  **HISTORORAMA**  **UNIDOS**  **Brasil Junior**  **CHOICE**  **CONAIE**  **ENGAGEMENT**  **BRITISH COUNCIL**  **GLOBO**

 **PARQUE SOCIAL**  **VATSECOMIA**  **TETO**  **ME**  **FGV SOCIAL**  **IUPDATE**  **ME**  **OGIFE**  **CONJUVE**  **FEAC**



Sumário **Executivo**



Atlas das Juventudes

EVIDÊNCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS JUVENTUDES